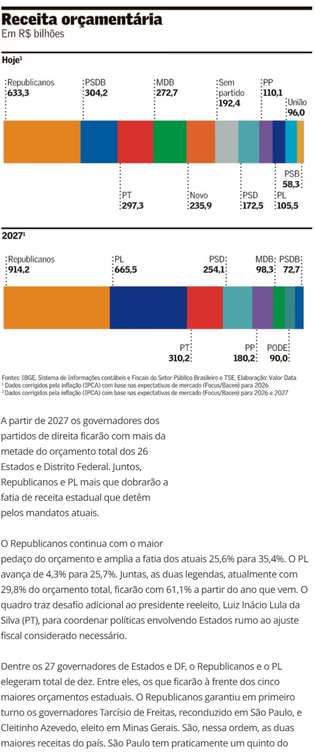
Republicanos e PL concentrarão mais de 60% dos orçamentos estaduais em 2027

Terceira maior fatia orçamentária ficará com o PT, que manterá os 12% que detém atualmente

Por Marta Watanabe — De São Paulo
27/10/2026 05h00 - Atualizado há 4 horas



Fontes: IBGE, Sistema de Informações contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro e TSE. Elaboração: Valor Data
[1] Dados corrigidos pela inflação (IPCA) com base nas expectativas de mercado (Focus/Bacen) para 2026
[2] Dados corrigidos pela inflação (IPCA) com base nas expectativas de mercado (Focus/Bacen) para 2026 e 2027

A partir de 2027 os governadores dos partidos de direita ficarão com mais da metade do orçamento total dos 26 Estados e Distrito Federal. Juntos, Republicanos e PL mais que dobrarão a fatia de receita estadual que detêm pelos mandatos atuais.

O Republicanos continua com o maior pedaço do orçamento e amplia a fatia dos atuais 25,6% para 35,4%. O PL avança de 4,3% para 25,7%. Juntas, as duas legendas, atualmente com 29,8% do orçamento total, ficarão com 61,1% a partir do ano que vem. O quadro traz desafio adicional ao presidente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para coordenar políticas envolvendo Estados rumo ao ajuste fiscal considerado necessário.

Dentre os 27 governadores de Estados e DF, o Republicanos e o PL elegeram total de dez. Entre eles, os que ficarão à frente dos cinco maiores orçamentos estaduais. O Republicanos garantiu em primeiro turno os governadores Tarcísio de Freitas, reconduzido em São Paulo, e Cleitinho Azevedo, eleito em Minas Gerais. São, nessa ordem, as duas maiores receitas do país. São Paulo tem praticamente um quinto do orçamento agregado (19,3%) e Minas tem 9,5%.

O PL elegeu mandatários no Rio de Janeiro (7,8%), com Douglas Ruas, Rio Grande do Sul (6,1%), com Luciano Zucco, e Paraná (5,8%), com Sergio Moro.

O quinto maior orçamento, com fatia de 5,4%, é o da Bahia, onde as urnas reelegeram o atual governador Jerônimo Rodrigues, do PT. A legenda de Lula continuará com a terceira maior fatia orçamentária e manterá o atual quinhão de 12%. O PT reconduziu também Elmano de Freitas, no Ceará, e Rafael Fonteles, no Piauí. E elegeu Cadu de Lula para o governo potiguar. O PSDB, atual segundo lugar, com 12,3% das receitas, ficará com apenas 2,8% a partir de 2027. O ranking considera a receita orçamentária de 2025. O orçamento total dos 26 Estados e DF será de R$ 2,59 trilhões em 2027, em valores atualizados pela expectativa mediana da variação do IPCA do boletim Focus, do Banco Central.

Além de São Paulo e Minas, o Republicanos também reelegeu Otaviano Pivetta, no Mato Grosso, em primeiro turno, e garantiu no domingo o mandatário a partir do ano que vem no Espírito Santo, com Lorenzo Pazolini. O PL reconduziu Jorginho Mello no governo catarinense e elegeu Marcos Rogério em Rondônia e Arthur Henrique em Roraima, todos os três vitoriosos na primeira fase da disputa.

O fortalecimento da direita, muito claro não só no quadro dos governadores, como dos parlamentares, tanto estaduais quanto federais, deve ser um desafio ao governo federal, diz Rafael Cortez, analista político da Tendências.

Cortez diferencia a direita da centro-direita. "Embora exista avanço da direita, especialmente do PL, uma parte disso se dá em cima da centro-direita. Por exemplo, Omar Aziz [eleito governador do Amazonas], do PSD, além de outros, vão de alguma maneira precisar do governo para evitar que o bolsonarismo tome conta do campo da direita. A ideia de uma centro-direita ressurgir é facilitada com algum tipo de cooperação com o governo federal." Nessa linha estão, além dos governadores do PSD, alguns do PP, avalia Cortez. "Há a concorrência entre o antipetismo e isso pode ajudar o governo a conseguir um canal de diálogo com a centro-direita. É um espaço de governabilidade que pode ser aproveitado por Lula", diz Cortez.

Entre os governadores do Republicanos, as maiores atenções ficam sobre Tarcísio de Freitas, diz. "O partido vai depender muito dele." Ex-ministro de Infraestrutura do governo de Jair Bolsonaro, Tarcísio acompanhou a apuração dos votos à presidência no domingo ao lado de Flávio Bolsonaro (PL).

A principal incerteza, avalia Cortez, é qual será o comportamento de Tarcísio na construção do seu projeto político. "Não se sabe se ele vai construir o seu projeto alinhado à família Bolsonaro, eventualmente até migrando para o PL ao longo do mandato. Ou se ele está pensando em construir o seu projeto político com um grau de autonomia, tendo que dialogar com outras forças políticas."

Para Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), o atual cenário dos governadores pode dificultar a coordenação federativa da União na discussão do ajuste fiscal. "É é difícil ver só o governo federal fazendo o dever de casa para resolver o problema fiscal num quadro em que os entes subnacionais ganharam muita importância em função do crescimento das despesas no último ciclo governamental."

No atual mandato, diz, houve reações negativas dos Estados de oposição em relação à União. "São Paulo, por exemplo, disputou politicamente, de forma conflituosa, a paternidade de investimentos", lembra. Um dos casos mais emblemáticos foram as obras do túnel Santos-Guarujá. O Congresso mais vinculado ao PL também pode se tornar mais favorável, diz, a pautas defendidas pelos Estados.

Na seara fiscal, os governadores podem enfrentar um quadro mais desafiador que o do mandato atual. Na gestão que se encerra em 2026 a maior parte dos Estados contou com um caixa relativamente cheio usado para alavancar investimentos que serviram de vitrine na corrida eleitoral. Na primeira metade do ano os investimentos alcançaram R$ 42,9 bilhões no agregado, recorde para o período. O valor ficou 13,9% acima do de 2022, também ano de eleições e pico histórico anterior. "Sabemos da relação entre investimentos altos hoje e aumento de gastos correntes amanhã", diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX.

Os Estados, diz Barros, assim como a União, precisam colocar nas agendas o corte de gastos. Reformas como a administrativa e a previdenciária podem ter papel importante, aponta. O ideal, nota, é que as reformas estruturais sejam conduzidas pela União e incluam os governos regionais.

Para o próximo mandato, diz Barros, não se espera que a receita seja tão favorável, ao menos no início da gestão, considerando a expectativa de desaceleração da economia. A mediana das estimativas do Focus aponta para crescimento de 1,8% do PIB para este ano, com desaceleração para 1,3% em 2027.

O ambiente será propício à estratégia comum entre os governadores de fazer um "freio de arrumação" no primeiro ano do mandato, diz Pires. "Isso será importante para dar longevidade fiscal para esse mandato, nesse contexto."

O espaço fiscal que os governadores terão, diz Pires, influencia no tipo de decisão e nas necessidades à frente. A situação entre os Estados, nota, é heterogênea. Há Estados, lembra, que já têm falado em dificuldade financeira, outros ainda não. O Propag, programa de renegociação de dívidas oferecido pela União, beneficia muito alguns Estados, mas, ao mesmo tempo, avalia, inclui mecanismos de redistribuição que podem abrir espaço fiscal a Estados menores.